

**Universidade de Brasília (UnB)
Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade (FACE)
Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais (CCA)
Graduação em Ciências Contábeis**

Thiago Matheus de Souza Oliveira

**CORREÇÃO MONETÁRIA DE BALANÇOS:
Uma análise dos estudos publicados em periódicos brasileiros no período de 1996 a 2015**

**Brasília, DF
2016**

Professor Doutor Ivan Marques de Toledo Camargo
Reitor da Universidade de Brasília

Professor Doutor Mauro Luiz Rabelo
Decano de Ensino de Graduação

Professor Doutor Roberto de Góes Ellery Júnior
Diretor da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade

Professor Doutor José Antônio de França
Chefe do Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais

Professor Doutor Rodrigo de Souza Gonçalves
Coordenador Geral do Programa Multi-institucional e Inter-regional de
Pós-graduação em Ciências Contábeis da UnB, UFPB e UFRN

Professor Doutor Jomar Miranda Rodrigues
Coordenador de Graduação do curso de Ciências Contábeis – diurno

Professora Doutora Diana Vaz de Lima
Coordenadora de Graduação do curso de Ciências Contábeis - noturno

Thiago Matheus de Souza Oliveira

CORREÇÃO MONETÁRIA DE BALANÇOS:

Uma análise dos estudos publicados em periódicos brasileiros no período de 1996 a 2015

Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo) apresentado ao Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de Brasília como requisito à conclusão da disciplina Pesquisa em Ciências Contábeis e obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientador:

Prof. Dr. Jomar Miranda Rodrigues

Linha de pesquisa

Contabilidade e Mercado Financeiro

Área:

Contabilidade financeira/internacional

Brasília, DF
2016

OLIVEIRA, Thiago Matheus de Souza

Correção monetária de balanços: uma análise dos estudos publicados em periódicos brasileiros no período de 1996 a 2015. Thiago Matheus de Souza Oliveira. Brasília, 2016.
39. p.

Orientador(a): Prof. Dr. Jomar Miranda Rodrigues

Trabalho de Conclusão de curso (Artigo – Graduação) – Universidade de Brasília, 1º/2016.
Bibliografia.

1. Produção Científica 2. Contabilidade 3. Artigos Científicos 4. Correção Monetária I. Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de Brasília. II. Título.

Thiago Matheus de Souza Oliveira

CORREÇÃO MONETÁRIA DE BALANÇOS:

Uma análise dos estudos publicados em periódicos brasileiros no período de 1996 a 2015

Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo) apresentado ao Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de Brasília como requisito à conclusão da disciplina Pesquisa em Ciências Contábeis e obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis, aprovado pela seguinte comissão examinadora:

Prof. Dr. Jomar Miranda Rodrigues

Orientador

Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais
Universidade Brasília (UnB)

Prof. Dr. Eduardo Tadeu Vieira

Examinador

Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais
Universidade Brasília (UnB)

Brasília, DF, 29 / 06 / 2016

À minha querida e amada Mãe.

Thiago Matheus de Souza Oliveira

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por ter me dado sabedoria para realizar as escolhas corretas, forças para direcionar energia aos assuntos necessários nos momentos adequados e fé por acreditar que seria capaz em terminar este trabalho.

À minha mãe, meus irmãos e a minha sobrinha pelo apoio e compreensão nos momentos de ausência.

Ao amigo Thiago Mota, fundamental em me fazer entender o poder da perseverança e de continuar de cabeça erguida. Por pior que sejam os problemas, sempre haverá uma solução.

Aos amigos de trabalho e, especialmente, à minha querida amiga Bruna Magalhães Barcelos, que estendeu sua atenção, amizade e carinho para além da esfera profissional, sendo a energia que faltava nos momentos mais críticos e a principal apoiadora.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Jomar Miranda Rodrigues, pelo apoio, dedicação, compreensão e profissionalismo durante a jornada de preparação deste trabalho.

À Universidade de Brasília e ao Departamento de Ciências de Contábeis por ter me proporcionado a possibilidade de aprendizado diário e estender meus horizontes para além do senso comum.

A todos que de alguma forma me apoiaram, meu eterno agradecimento.

“Se queres prever o futuro, estuda o passado.”

Confúcio

CORREÇÃO MONETÁRIA DE BALANÇOS:

Uma análise dos estudos publicados em periódicos brasileiros no período de 1996 a 2015

RESUMO

Durante algumas décadas, a economia do Brasil esteve sob forte influência dos efeitos da inflação, atingindo índices que superavam os 1.000% de crescimento da inflação. Após a implantação de diversos planos econômicos, que tinham como objetivo estabilizar a economia, a moeda brasileira só estabilizou seus preços em patamares aceitáveis a partir de 1994 com o Plano Real. No cenário que se desenvolveu em consequência da estabilização econômica, o governo brasileiro extinguiu a correção monetária das demonstrações financeiras por meio da Lei nº 9.249/1995. No fim de 2015, esta lei completou 20 anos de vigência. Neste contexto histórico, o presente trabalho tem como objetivo analisar as principais temáticas abordadas pelas publicações científicas em periódicos nacionais, no período de 1996 a 2015, cujo tema principal seja correção monetária. A metodologia utilizada no trabalho consiste em pesquisar determinadas palavras-chaves nos periódicos nacionais, com versão online gratuita e qualificação Qualis-capes entre os estratos A1 e C, seguida da leitura exploratória, seletiva, analítica e interpretativa dos artigos científicos coletados. Ao todo, foram coletados 213 artigos, mas apenas 34 artigos tinham o tema correção monetária como assunto principal. Com relação à concentração das publicações, verificou-se que 70% dos artigos analisados estavam concentrados em apenas 5 periódicos dentre os 31 pesquisados. No tocante ao ano das publicações, verificou-se elevado volume de publicações no decênio de 2006 a 2015, cerca de 70%, o que demonstra que o tema tem tido maior relevância para a comunidade científica nos últimos anos. Quanto às características dos autores, verificou-se que as publicações tem assumido um formato mais colaborativo, com mais de 75% dos artigos com coautoria de 2 a 5 participantes. No quesito da temática abordada, os temas impactos no resultado, interpretação das demonstrações e distribuição de lucros responderam por 52,94% do total de publicações analisadas, frente a 47,06% das temáticas que tratam sobre a teoria da correção, comparação de métodos e análise bibliométrica. Por meio da análise dos artigos, é unânime a percepção dos autores de que a qualidade da informação contábil é o principal atributo afetado com a extinção da correção monetária. Segundo o IBGE (2016), a inflação acumula mais de 260% nos últimos vinte anos, assim, a correção monetária assume papel de destaque no meio acadêmico e deve ser tema de futuros estudos.

Palavras-chaves: Produção Científica. Contabilidade. Artigos Científicos. Correção Monetária.

1 INTRODUÇÃO

Durante algumas décadas, o Brasil esteve sob forte influência de processos inflacionários que degradaram substancialmente o poder aquisitivo da moeda e que, conseqüentemente, influenciavam no preço de aquisição de bens e serviços durante determinado período de tempo. Segundo Hendriksen e Van Breda (1999), tais movimentações resultam em distorções nas demonstrações financeiras das empresas que publicam seus relatórios sob a representação de tais moedas e que não consideram suas variações no tempo.

A partir da década de 1970, de acordo com Fontes (1993), o processo inflacionário agravou-se e atingiu patamares demasiadamente elevados para os padrões da época, alcançando seu ápice na década de 1990, mais exatamente em 1993 com a inflação anual de 2.477,15%. Frente a este cenário, e aos respectivos impactos negativos nas demonstrações financeiras, notadamente na tomada de decisão a partir da interpretação de dados inconsistentes, os legisladores brasileiros buscaram melhores práticas contábeis, as quais tiveram grande evolução e resultaram na publicação de diversas normas que visavam instruir e padronizar o reconhecimento da inflação nas demonstrações financeiras por meio da correção monetária (NIYAMA; SILVA, 2013).

A Fipecafi (1994) corrobora esse entendimento quando diz que a crônica inflação brasileira obrigou o país a produzir metodologias de correção monetária que devolvessem a capacidade informativa às demonstrações financeiras. Mais uma vez vê-se tal entendimento no meio acadêmico quando Campos Filho (1999, p. 33) afirma que “a perda do poder aquisitivo da moeda é um fenômeno recente e bastante conhecido dos brasileiros, que ao longo dos anos desenvolveram mecanismos de convivência com a inflação”.

O surgimento do Plano Real, em meados de 1994, trouxe certa estabilidade econômica ao País e, por consequência, a redução dos níveis de inflação, o que permitiu ao governo, por meio da Lei nº 9.249/1995, que extinguisse a correção monetária das demonstrações financeiras. Segundo Troster e Solimeo (1999), o processo de indexação e correção monetária induzia ao processo de inflação da moeda, atuando como um processo de retroalimentação da inflação, conforme previsto por Barbosa em 1987. A fim de evitar tal propagação, a aplicação do método de correção foi proibida e não era mais permitida aos procedimentos contábeis elaborados a partir de 01 de janeiro de 1996.

Em Dezembro de 2015, a lei que revogou a correção monetária completou 20 anos desde sua promulgação, ainda assim, diversas pesquisas têm-se atentado à temática de correção monetária após a referida extinção. Neste contexto, forma a classificar os artigos por interesses temáticos abordados, o presente trabalho tem como objetivo de responder a seguinte questão: quais são as principais características dos trabalhos científicos publicados em periódicos nacionais, sob o enfoque da correção monetária de demonstrações financeiras, entre os anos de 1996 e 2015?

Tal análise se motiva pelo marco histórico da extinção da legislação que determinou o fim da correção monetária em 1995 e, prioritariamente, em trazer à tona a reflexão do tema correção monetária para o contexto atual visando à possibilidade de maiores avanços no desenvolvimento acadêmico e científico dessa área do conhecimento, dado que ainda vive-se sob processos inflacionários. Tais processos, embora mais modestos que os de outrora, ainda influenciam as demonstrações financeiras e comprometem a qualidade da informação.

A estratégia da pesquisa se baseia no levantamento dos periódicos nacionais (revistas) na área de Contabilidade que tenham classificação no conceito Qualis-Capes, os quais foram avaliados quanto a sua relevância dentre o meio acadêmico e científico considerando as notas obtidas na referida qualificação. Uma vez selecionados os períodos objetos da pesquisa, a

investigação irá se restringir na localização dos artigos que tenham determinadas palavras-chave, previamente definidas, cujo enfoque principal dos trabalhos estejam ligados à correção monetária. Construída a base de dados, os artigos serão analisados quanto as suas características sob as teorias adjacentes à área do conhecimento contábil da correção monetária, tais como o custo de reposição, o valor histórico, o custo histórico, a contabilidade em nível geral de preços, a moeda de poder aquisitivo constante, o custo corrente corrigido, dentre outras listadas na seção das palavras-chave na metodologia.

Este trabalho está estruturado da seguinte forma. Nesta seção é apresentada a introdução ao tema, problema e o objetivo do estudo, bem como uma breve descrição da metodologia adotada e dos resultados da pesquisa. Na seção seguinte, que contempla o referencial teórico, é realizada uma revisão da literatura sobre inflação e seus impactos econômicos na economia brasileira com enfoque no referencial que fundamenta a teoria da correção monetária de demonstrações financeiras. Na terceira seção é apresentada a metodologia e amostra utilizada, seguida da apresentação dos procedimentos adotados na amostra utilizada na pesquisa. Na quarta é realizada a apresentação e análise dos resultados. E, por fim, na última seção são feitas as considerações finais sobre o presente estudo.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Inflação

Diversas são as teorias econômicas que procuram conceituar a inflação, as quais têm como objetivo identificar suas causas de forma a torná-la compreensível ao ponto de ser passível de controle. Cada uma delas dedica esforços em diferentes aspectos, o que resulta, portanto, em políticas de controle distintas (MARQUES, 1987), no entanto, elas são unânimes quanto à observação do comportamento de aumento generalizado de preços de forma contínua para caracterização da inflação.

Segundo Laidler e Parkin (1975), citado por Frisch (1980), a inflação é tida como um processo de aumento contínuo, permanente e generalizado nos níveis de preços de bens e serviços, que provoca perda no poder aquisitivo da moeda. Destaca-se ainda que, de acordo com os autores, para que ocorra a inflação, ela deve seguir um processo, necessariamente, e não ser implantada como um fato isolado, que abrange aumentos contínuos, e não esporádicos de preços, além de aumentos generalizados de preços de forma não isolada.

Vasconcellos (2011, p. 349) também conceitua a inflação, sob a ótica econômica, como sendo “um aumento contínuo e generalizado no nível de preços, em que os movimentos inflacionários são dinâmicos e não podem ser confundidos com altas esporádicas de preços”. O autor complementa o conceito e define que o aumento deve ser generalizado, porque a maioria dos preços deve ser sincronizada numa escala ascendente.

2.2 Os efeitos econômicos da inflação no Brasil

A inflação tem sido objeto de estudo em escala mundial, pois seus efeitos são observados em todos os países conhecidos, com amplitudes distintas nos mais diversos tipos de economia o que provoca instabilidades monetárias devido às variações causadas no preço da moeda. Notadamente, de acordo com Friedman (1979), os efeitos da inflação são vistos como mais virulentos e violentos em economias de países emergentes, incluindo o Brasil.

Dentre as diversas consequências da inflação pode-se elencar, além de outros, a necessidade de indexação constante da economia, taxas de juros elevadas, reajuste contínuos

de preços e salários, e, em casos mais drásticos, a desestatização de empresas, o congelamento de preços, criação de nova moeda e confisco de contas bancárias (FONTES, 1993).

No Brasil foram aplicados diversos planos econômicos durante as décadas de 1980 e 1990 que visavam a implementação de medidas que afastassem os malefícios causados pelo processo inflacionário, tais como o Plano Cruzado de 1986, Plano Bresser de 1987, Plano Verão de 1989, Plano Collor de 1990 e o Plano Real de 1993.

Segundo Fontes (1993, p. 23), “é lastimável constatar que, após diversas reformas e planos de estabilização, a inflação continue a ser um problema crônico no Brasil, gerando entraves ao desejado desenvolvimento econômico e social do País”. Dentre eles, é notório dizer que o Plano Real foi o mais bem sucedido, pois reduziu a inflação a níveis aceitáveis, por meio da fixação de metas de inflação e o controle rigoroso destas com a utilização da taxa básica de juros, e permitiu que a economia brasileira recuperasse credibilidade dos agentes externos.

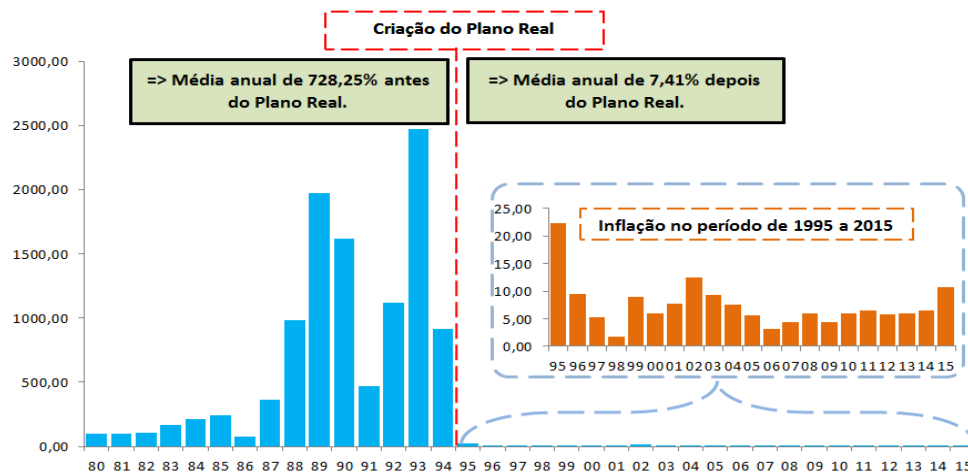
A fim de minimizar os efeitos da inflação, sob a ótica da mensuração da moeda, o Governo se utiliza de indexadores, os quais são calculados a partir de índices oficiais de inflação, que possibilitam a realização de ajustes nos mais diversos tipos de informações, para os mais diversos tipos de usuários, que dependem dessas para a tomada de decisões relacionadas ao comportamento da moeda no tempo, sejam elas políticas, sociais ou econômicas (MARQUES, 1987).

Como salienta Mankiw (2015), o nível geral de preços é medido com o objetivo de formação de um indexador para mensuração da inflação e, principalmente, para tornar os valores monetários comparáveis em diferentes momentos. Ainda segundo o autor, é dado o nome de índice de preços ao consumidor (IPC) à função estatística que visa transformar os valores monetários em medidas significativas de poder aquisitivo.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) é o órgão governamental responsável pela mensuração do índice nacional de preços ao consumidor (IPCA), principal indexador de inflação utilizado na economia brasileira e criado no fim de 1979. De acordo com o IBGE, o IPCA é uma medida do custo geral de todos os bens e serviços comprados por um consumidor típico brasileiro que mede o nível de preços em diferentes períodos e determina o tamanho da correção.

Com o gráfico 01 adiante, o qual demonstra a evolução do IPCA de acordo com o Banco Central do Brasil (Bacen), ficam claras as evidências de que a experiência brasileira com a hiperinflação é recente, mas a inflação vem de longa data. Segundo Marques (1987), a economia brasileira vive em sua companhia à séculos, desde o período imperial, no entanto, as taxas mais elevadas só foram atingidas nas últimas décadas.

Gráfico 01 – Evolução do IPCA entre 1980 e 2015



Fonte: HC Investimentos e Bacen com adaptações

Na década de 1980, o IPCA atinge patamares elevadíssimos, no entanto, a partir de 1995, ano seguinte ao da implantação do Plano Real, verifica-se que o comportamento do índice segue amenizado até os tempos atuais. Uma análise mais detalhada do comportamento da inflação permite evidenciar que sua presença ainda é sentida na atualidade em níveis relativamente elevados, o que corrobora, portanto, a tese de Fontes (1993) de que a inflação continua a ser um problema no Brasil.

2.3 Correção monetária de balanços

Conceitualmente, a correção monetária contábil é definida como um método que visa tornar as informações comparáveis, que recoloca a unidade monetária em um denominador comum, e assume, portanto, um ajustamento de escala em função de variações no nível de preços da moeda no tempo (HENDRIKSEN; VAN BREDA, 1999). Para tanto, segundo o autor, utilizam-se indexadores econômicos inflacionários, que refletem as variações de preços no período, aplicando-os sobre os componentes das demonstrações que devem ser corrigidos.

Uma inflação com taxas elevadas provoca efeitos significativos nas transações das empresas. Neste cenário, de acordo com Almeida (1991), as demonstrações financeiras normais não traduzem adequadamente o desempenho das organizações, ao ponto de tornar a informação útil e confiável para os diversos usuários, sejam internos ou externos à empresa. O autor ainda faz o seguinte questionamento: em cenários de elevada inflação que comprometem a mensuração de valores monetários, como apurar o resultado real das empresas que preze pela transparência do verdadeiro resultado agregado pelas atividades comerciais da empresa?

De fato o questionamento é bem pertinente. Tomar decisões sobre informações equivocadas provocam resultados no mínimo duvidosos, tal como realizar a precificação de um produto em estoque que está sofrendo os efeitos da inflação enquanto não é vendido. Neste sentido, a Contabilidade, como área do conhecimento científico que tem o Patrimônio das entidades como objeto, busca se utilizar de conhecimentos metodológicos a fim de entender as mutações sofridas pelo Patrimônio de forma a registrar, analisar, relatar e demonstrar as variações patrimoniais percebidas (NBC, 2008).

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), por meio do pronunciamento CPC 00, trás um conceito alinhado as práticas internacionais e define que a estrutura conceitual das

práticas contábeis é abrangida pela elaboração e divulgação do relatório contábil-financeiro de propósito geral que visa atender também o conceito de entidade que reporta a informação, o que conceitua a contabilidade mais uma vez como responsável em reportar informações aos usuários interessados.

O CPC 00 define ainda que os montantes monetários passam por processos de mensuração a fim de reconhecer e apresentar fielmente os elementos das transações contábeis no balanço patrimonial e na demonstração de resultado. Dentre as diversas bases de mensuração, empregadas em diferentes graus e combinações, o Comitê destaca o custo histórico e o define conforme descrito a seguir:

Custo histórico. Os ativos são registrados pelos montantes pagos em caixa ou equivalentes de caixa ou pelo valor justo dos recursos entregues para adquiri-los na data da aquisição. Os passivos são registrados pelos montantes dos recursos recebidos em troca da obrigação ou, em algumas circunstâncias (como, por exemplo, imposto de renda), pelos montantes em caixa ou equivalentes de caixa que se espera que serão necessários para liquidar o passivo no curso normal das operações.

De acordo com o Comitê, o custo histórico é a base mais comumente utilizada pelas entidades na elaboração de suas demonstrações contábeis, no entanto, também ressalta que outros métodos são utilizados, tal como o do custo corrente, o custo histórico corrigido e custo corrente corrigido.

Os princípios contábeis formulados e presentes nas Normas Brasileiras de Contabilidade (NBC), que aprovaram o CPC por meio da Resolução CFC nº 1.121/08, que visam caracterizar a Entidade e o Patrimônio, disciplinam sobre a Atualização Monetária com um dos princípios que tem como prerrogativa ajustar os componentes contábeis e, em consequência, o Patrimônio das entidades.

Niyama e Silva (2013) e Santos e Schmidt (2005) fazem uma investigação cuidadosa acerca da experiência legislativa sobre metodologia aplicada a correção monetária em ambientes inflacionários, notadamente a experiência brasileira. A investigação relacionada aos estudos dos autores enumera a vastidão legislativa brasileira que trata das metodologias acerca da correção monetária. Percebe-se, a partir do comportamento do legislador, seguidas tentativas em ajustar as normas às necessidades dos usuários, notadamente o governo.

O quadro a seguir demonstra o histórico dos dispositivos legislativos brasileiros que disciplinaram, de alguma forma, a correção monetária entre os anos de 1976 e 1996, segundo os autores Santos e Schmidt (2005) e Niyama e Silva (2013). Embora tenha havido publicações antes do ano de 1976, esta data foi escolhida devido a importância assumida pela Lei das Sociedades Por Ações (Lei nº 6.404/76) dentro do contexto contábil por responder bem às exigências do mercado.

Quadro 1 – Relação de dispositivos normativos sobre correção monetária

Dispositivo Normativo	Breve resumo
Lei nº 6.404/76	– Alteração global no sistema de correção monetária, estabelecendo a nova política de correção monetária, apenas para as sociedades por ações.
Decreto-lei nº 1.483/76	– Estabelecimento de critérios para a correção monetária de recursos florestais.
Decreto-lei nº 1.598/77	– Origem da última sistemática utilizada. – Estabelecimento de critérios para a aplicação prática da política global estabelecida pela Lei nº 6.404/76. – Inclusão de todas as sociedades tributadas com base no lucro real no alcance da sistemática global de correção monetária instituída pela Lei nº 6.404/76.

	<ul style="list-style-type: none"> – Introdução da correção monetária sobre os estoques de imóveis das sociedades com atividades imobiliárias.
Decreto-lei nº 1.648/78	<ul style="list-style-type: none"> – Alteração e complementação de algumas das disposições do Decreto-lei nº 1.598/77. – Passou a ser opcional a correção monetária dos estoques de imóveis das sociedades imobiliárias.
Decreto-lei nº 2.065/83	<ul style="list-style-type: none"> – Alteração de procedimentos na correção monetária dos investimentos e bens do ativo imobilizado baixados no curso do período-base. – Tornou-se novamente obrigatória a correção dos estoques de imóveis das sociedades imobiliárias.
Decreto-lei nº 2.283/86 e nº 2.284/86	<ul style="list-style-type: none"> – Suspensão da correção monetária devido ao congelamento do valor nominal da OTN (antiga ORTN).
Decreto-lei nº 2.287/86	<ul style="list-style-type: none"> – Revogou a correção monetária das demonstrações financeiras.
Decreto-lei nº 2.341/87	<ul style="list-style-type: none"> – Reestabeleceu a correção monetária nos termos do Decreto-lei nº 2.065/83.
Instrução Normativa CVM nº 64/87	<ul style="list-style-type: none"> – Adoção oficial de práticas para a elaboração e publicação de demonstrações pela correção integral. – Denominação da prática de “demonstrações contábeis em moeda de capacidade aquisitiva constante”.
Lei nº 7.730/89	<ul style="list-style-type: none"> – Medida provisória nº 32/89 – revogou a correção monetária das demonstrações financeiras.
Lei nº 7.738/89	<ul style="list-style-type: none"> – Estabelece que os efeitos de inflação no patrimônio e resultados do exercício das empresas sejam considerados.
Lei nº 7.799/89	<ul style="list-style-type: none"> – Medida provisória nº 68/89 – reestabeleceu a correção monetária com base na BTN Fiscal nos termos do Decreto-lei nº 2.341/87.
Instrução Normativa CVM nº 97/89	<ul style="list-style-type: none"> – Alteração da Instrução Normativa CVM nº 64/87. – Dispõe sobre os procedimentos para pleno atendimento ao princípio do "denominador comum monetário" definindo o IPC índice de preços ao consumidor como indexador.
Instrução Normativa CVM nº 101/89	<ul style="list-style-type: none"> – Alteração da Instrução Normativa CVM nº 64/87. – Revoga a Instrução Normativa CVM nº 97/89 e dispõe sobre os procedimentos para pleno atendimento ao princípio do "denominador comum monetário" definindo o BTN - Bônus do Tesouro Nacional como indexador.
Instrução Normativa CVM nº 108/89	<ul style="list-style-type: none"> – Alteração da Instrução Normativa CVM nº 64/87. – Revoga a Instrução Normativa CVM nº 101/89 e dispõe sobre os procedimentos para pleno atendimento ao princípio do "denominador comum monetário" definindo o BTN - Bônus do Tesouro Nacional como indexador.
Lei nº 8.200/91	<ul style="list-style-type: none"> – Adota-se o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) como indexador. – Alterou indexador para UFIR mensal.
Lei nº 8.383/91	<ul style="list-style-type: none"> – Institui a Unidade Fiscal de Referência como medida de valor e parâmetro de atualização monetária de tributos e de valores expressos na legislação tributária federal.
Instrução Normativa CVM nº 146/91	<ul style="list-style-type: none"> – Alteração da Instrução Normativa CVM nº 64/87. – Revoga a Instrução Normativa CVM nº 108/89 e estabelece o INPC como indexador.
Lei nº 8.541/92	<ul style="list-style-type: none"> – Alterou indexador para UFIR diária.
Instrução Normativa CVM	<ul style="list-style-type: none"> – Alteração da Instrução Normativa CVM nº 64/87. – Implanta o regime definitivo de correção integral das demonstrações contábeis em moeda de poder aquisitivo constante.

nº 191/92	<ul style="list-style-type: none"> – Dispõe sobre os procedimentos para pleno atendimento ao princípio do "denominador comum monetário" definindo o Unidade Monetária Contábil (UMC) como indexador. – Efeitos somente para as sociedades anônimas de capital aberto.
Lei nº 8.981/95	<ul style="list-style-type: none"> – Alterou para UFIR trimestral.
Lei nº 9.249/95	<ul style="list-style-type: none"> – Revogou a correção monetária das demonstrações financeiras a partir de janeiro de 1996.
Parecer de Orientação CVM nº 29/96	<ul style="list-style-type: none"> – Estabelece padrões mínimos para a apresentação das demonstrações contábeis voluntárias em moeda de capacidade aquisitiva constante para as entidades reguladas pela CVM. – Baseia-se no princípio de que as decisões de investimento do público devem ter a oportunidade de pautar-se na melhor informação disponível. – Observam-se as regras contidas na Instrução Normativa CVM nº 191/92.

Fonte: Adaptado de Santos e Schmidt (2005) e Niyama e Silva (2013).

Segundo Niyama e Silva (2013), tanto o *International Accounting Standards Board* (Iasb) quanto o *Financial Accounting Standards Board* (Fasb) também se pronunciaram em relação ao tema. O Iasb, por meio do IAS 29 não editado pelo CPC 42¹, determinou que a correção monetária seja aplicada a qualquer empresa que opere em economia hiperinflacionária. A entidade não conceitua a hiperinflação, no entanto, relaciona elementos que, caso presentes em conjunto, possa indicar a presença de uma hiperinflação. De acordo com os autores Epstein e Jermakowicz (2009; p. 1039), a hiperinflação é:

A condição em uma economia em que existe inflação extrema que impedem as demonstrações financeiras de custo histórico terem sentido; caracterizado por uma aversão geral da população na detenção de ativos monetários; em que a condução dos negócios ocorra de maneira que fornecem alguma proteção contra a inflação, com transações em moeda estrangeira estável ou indexação para compensar os preços que mudam; e uma taxa de inflação acumulada durante três anos que se aproximam de 100%.

Já para o Fasb, que expediu a norma FAS 88/85, as demonstrações devem ser expressas em moeda corrente à data do balanço. Isto implica na aplicação de um índice geral de preços para atualizar os preços originais em termos de valores na data do balanço.

2.3.1 Metodologia utilizada na correção monetária de balanços

A literatura indica que dois métodos de correção monetária de balanços eram os mais empregados: correção monetária societária e a correção monetária integral de balanço. Segundo Martins (2004b), entre 1978 e 1995, vigorou no Brasil a denominada correção monetária societária prevista no artigo 185 na Lei nº 6.404/76. A legislação em questão sofreu inúmeras alterações com vistas a adequar o resultado das empresas as necessidades do fisco, conforme disposto no quadro 1.

De acordo com Martins (2004b), a correção monetária societária se caracterizava por uma correção apenas parcial do Balanço, com reflexo nos resultados, que, embora corrigisse de forma parcial os efeitos da inflação, reconhecendo-os em ganhos ou perdas no resultados e no Patrimônio, não era eficiente e completa no longo prazo.

¹ O Pronunciamento Técnico CPC 42 – Contabilidade e Evidenciação em Economia Altamente Inflacionária (IAS 29 do IASB) não foi editado tendo em vista sua inaplicabilidade para a situação brasileira atual e pela experiência brasileira anterior com a **correção integral de demonstrações contábeis**. De acordo com o IAS 29, que trata da técnica da correção integral, o método é de aplicação obrigatória para as situações de investidas em países com alta inflação. (CVM, 2016)

A metodologia da correção monetária societária consistia em realizar a correção monetária do Ativo Permanente e do Patrimônio Líquido, com a respectiva inclusão do resultado dessa correção na demonstração do resultado da entidade (NIYAMA; SILVA, 2013). Em 26/12/1995, esse regime de correção monetária foi revogado pelo artigo 4º da Lei nº 9.249, o que vedou a utilização de qualquer sistema de correção das demonstrações financeiras a partir de 01/01/1996 para efeitos fiscais.

No entanto, de acordo com os ensinamentos de Martins (2004b), ressalta-se que, posteriormente, após a extinção da correção monetária, o Governo criou o procedimento contábil de apuração dos Juros Sobre o Capital Próprio, o qual permitiu deduzir do lucro tributável parte das perdas sofridas pela inflação, principalmente para aquelas empresas que possuíam grandes parcelas de capital próprio aplicados no negócio.

Já para a correção monetária integral, os estudos de Santos e Schmidt (2005) indicam que a esta foi normatizada pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), ainda durante a vigência da correção monetária societária, com o objetivo de estabelecer melhores práticas às demonstrações contábeis das instituições de capital aberto. Segundo Niyama e Silva (2013), o tratamento dado à inflação na Contabilidade brasileira atingiu o seu maior grau de sofisticação com a correção integral.

Como descreve Santos e Schmidt (2005) no regime de correção integral, todas as Contas Patrimoniais e de Resultado, independente de estarem com saldo zero, recebem o tratamento do método de correção. Os saldos das contas são convertidos em unidades de medidas para os seus respectivos valores históricos, o que reflete, portanto, a capacidade de medição daquele saldo à moeda corrente do País.

Comparativamente, segundo Santos e Schmidt (2005), os métodos da correção integral e da correção societária possuem como distinções o fato do primeiro método incidir sobre todas as contas do balanço, enquanto a segunda incide somente sobre o ativo permanente e sobre o patrimônio líquido. Neste sentido, como observam os autores, com a adoção da correção monetária integral, notadamente nos períodos de elevada inflação, as demonstrações contábeis refletem a posição financeira, bem como os resultados apurados, de forma mais adequada.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O presente trabalho tem como objetivo avaliar as características qualitativas dos trabalhos científicos veiculados em periódicos nacionais, exclusivamente na área de conhecimento das Ciências Contábeis, identificando as tendências temáticas que tratam do assunto correção monetária de balanços entre os anos de 1996 e 2015. Neste sentido, a metodologia utilizada por Ikuno, Niyama, Botelho e Santana (2009), que abordaram as tendências de pesquisa em contabilidade internacional, tendo como problema desta pesquisa uma das tendências destacadas e trabalhadas pelos autores, bem como a metodologia utilizada por Coelho, Niyama e Rodrigues (2011), que tiveram o objetivo de verificar os achados e resultados de artigos publicados em periódicos internacionais que tratam do impacto dos IFRS sobre a qualidade da informação contábil, deram o embasamento necessário para condução desta pesquisa.

Inicialmente, a metodologia em questão consiste na identificação dos periódicos vinculados às áreas de Contabilidade, Administração e Turismo, uma vez que foram utilizadas as bases de dados Periódicos Capes que assim categorizam os periódicos de Contabilidade. O procedimento visou quantificar e identificar quais são os periódicos nacionais de Contabilidade, independente do ano do periódico, dado que o ano de publicação dos artigos

que foi levado em consideração no momento da análise. Ao todo, 37 periódicos foram identificados.

A mesma entidade realiza ainda a classificação dos periódicos de acordo com a contribuição da revista para a comunidade científica. A avaliação em questão rotula os periódicos com a seguinte escala de estratos: A1, A2, B1, B2, B3, B4, B5 e C, sendo A1 o conceito mais elevado e C como o conceito mínimo, considerado como peso zero. Na pesquisa em questão foram verificadas apenas as revistas que tivessem a classificação não enquadrada como “peso zero”.

Uma vez delineadas as classificações, a amostra foi reduzida para 31 periódicos nacionais com classificação entre A1 e B5, listados a seguir: 1 - *Brazilian Business Review*; 2 - *Revista Contabilidade & Finanças*; 3 - *Contabilidade Vista & Revista*; 4 - *Revista de Contabilidade e Organizações*; 5 - *Revista Universo Contábil*; 6 - *Advances in Scientific and Applied Accounting*; 7 - *Base (UNISINOS)*; 8 - *Contabilidade, Gestão e Governança*; 9 - *Custos e Agronegócios online*; 10 - *Enfoque: Reflexão Contábil*; 11 - *Contexto*; 12 - *RACEF - Revista de Administração, Contabilidade e Economia da FUNDACE*; 13 - *RC&C. Revista de Contabilidade e Controladoria*; 14 - *Revista Contemporânea de Contabilidade (UFSC)*; 15 - *Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade*; 16 - *Sociedade, Contabilidade e Gestão (UFRJ)*; 17 - *Pensar Contábil*; 18 - *Registro Contábil – RECONT*; 19 - *Revista Ambiente Contábil*; 20 - *Revista de Informação Contábil (UFPE)*; 21 - *ABCustos*; 22 - *RACE : Revista de Administração, Contabilidade e Economia*; 23 - *RBC: Revista Brasileira de Contabilidade*; 24 - *Revista de Contabilidade da UFBA*; 25 - *Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ*; 26 - *Revista Paulista de Contabilidade*; 27 - *Revista Catarinense da Ciência Contábil*; 28 - *RACI. Revista de Administração e Ciências Contábeis do IDEAU*; 29 - *Contabilidade e Informação (UNIJUI)*; 30 - *Revista de Administração e Contabilidade da FAT*; 31 - *Revista Mineira de Contabilidade*.

Num segundo momento, foram realizadas buscas nos periódicos, estritamente por meio dos portais disponibilizados na internet, com a finalidade de identificação da presença das palavras-chave, listadas a seguir, no título, resumo ou palavras-chave nos artigos científicos. A pesquisa realizada nos portais dos periódicos utilizou-se das aspas duplas para recuperação do termo exato. Seguem listadas as palavras utilizadas nas buscas: 1 - *custo de reposição*; 2 - *valor histórico*; 3 - *custo histórico*; 4 - *contabilidade em nível geral de preços*; 5 - *moeda de poder aquisitivo constante*; 6 - *custo corrente corrigido*; 7 - *custo corrente*; 8 - *inflação*; 9 - *poder aquisitivo da moeda*; 10 - *atualização monetária*; 11 - *correção monetária*; 12 - *correção integral*; 13 - *correção de balanço*; 14 - *variação de preços*; 15 - *indexação*.

Gil (2010) nos ensina que a leitura do material bibliográfico deve ter objetivos claros para obtenção de respostas aos problemas. Ainda o autor (2010, p. 59), a leitura deve seguir os seguintes propósitos: “a) identificar as informações e os dados constantes do material; b) estabelecer relações das informações e dos dados obtidos com o problema proposto; c) analisar a consistência das informações e dados apresentados pelos autores.” O autor complementa sua sistemática no processo de análise de textos, e refere-se a cinco classificações de leituras utilizadas em função no avanço da leitura, são elas: leitura exploratória; leitura seletiva; leitura analítica; leitura interpretativa.

Assim, a partir da estrutura proposta por Gil (2010), o presente estudo se utilizou de duas fases de leituras. A primeira é constituída da leitura exploratória e seletiva, as quais

funcionam como uma leitura de reconhecimento do material e visam identificar aquelas artigos científicos que interessam a pesquisa de forma a evitar a leitura de textos que não contribuam para a solução do problema proposto. Já na segunda fase são realizadas as leituras analítica e exploratória, denominadas leituras definitivas, que se fundamentam na leitura integral das obras e visão reconhecer a ligação do artigo com a solução do problema, a identificação das ideias chaves, a hierarquização das ideias e, por fim, sintetização das ideias.

Como medida de controle dos artigos analisados, foi feita a classificação dos artigos por tema de forma a agrupar aqueles artigos que mantivessem a maior similaridade de acordo com a abordagem utilizada, segregando, inclusive, aquelas publicações que abrangiam, ou não, o tema correção monetária. De forma complementar, uma base de dados foi elaborada com os seguintes campos: *a) classificação Capes; b) periódico; c) título; d) ano de publicação; e) autor(es); f) quantidade de autores; g) subtema; h) objetivo; i) metodologia utilizada; j) principais dados; k) atributos utilizados; l) resultados; m) palavras-chaves; e n) outras informações.*

4 RESULTADOS E ANÁLISES

De acordo com o objetivo do presente estudo, a metodologia descrita anteriormente foi utilizada para identificar as principais temáticas relacionadas à correção monetária tratadas pelas publicações científicas realizadas entre os anos de 1996 e 2015. Neste sentido, na sequência, são apresentados os resultados oriundos da pesquisa, bem como algumas informações acerca do perfil das publicações, tais como: concentração por periódico, concentração por ano de publicação e quantidade de autores por artigo.

4.1 Análise estratificada

Na tabela 1, a seguir, foi elaborado o detalhamento dos periódicos, artigos coletados, participação relativa ao total dos artigos coletados, artigos relacionados ao tema desta pesquisa, e participação relativa ao total de artigos analisados.

Tabela 1 – Relação de Periódicos: quantitativo de artigos coletados versus analisados

Periódicos	Art. Coletados	%	Art. Analisados	%	% analisado / coletado
BBR - Brazilian Business Review	1	0,47	1	2,94	100,00
Revista Contabilidade & Finanças	104	48,83	7	20,59	6,73
Contabilidade Vista & Revista	6	2,82	3	8,82	50,00
Revista de Contabilidade e Organizações	35	16,43	0	0,00	0,00
Revista Universo Contábil	2	0,94	2	5,88	100,00
Advances in Scientific and Applied Accounting	0	0,00	0	0,00	0,00
Base (UNISINOS)	1	0,47	0	0,00	0,00
Contabilidade, Gestão e Governança	6	2,82	5	14,71	83,33
Custos e Agronegócios online	2	0,94	2	5,88	100,00
Enfoque: Reflexão Contábil	4	1,88	2	5,88	50,00
Contexto	1	0,47	1	2,94	100,00
RACEF - Revista de Administração, Contabilidade e Economia da FUNDACE	0	0,00	0	0,00	0,00
RC&C. Revista de Contabilidade e Controladoria	1	0,47	0	0,00	0,00
Revista Contemporânea de Contabilidade (UFSC)	2	0,94	0	0,00	0,00
Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade	2	0,94	1	2,94	50,00
Sociedade, Contabilidade e Gestão (UFRJ)	5	2,35	0	0,00	0,00
Pensar Contábil	6	2,82	4	11,76	66,67

Registro Contábil – RECONT	1	0,47	0	0,00	0,00
Revista Ambiente Contábil	11	5,16	0	0,00	0,00
Revista de Informação Contábil (UFPE)	1	0,47	0	0,00	0,00
ABCustos	0	0,00	0	0,00	0,00
RACE : Revista de Administração, Contabilidade e Economia	8	3,76	0	0,00	0,00
RBC: Revista Brasileira de Contabilidade	0	0,00	0	0,00	0,00
Revista de Contabilidade da UFBA	3	1,41	0	0,00	0,00
Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ	9	4,23	5	14,71	0,00
Revista Paulista de Contabilidade	0	0,00	0	0,00	0,00
Revista Catarinense da Ciência Contábil	1	0,47	0	0,00	0,00
RACI. Revista de Administração e Ciências Contábeis do IDEAU	0	0,00	0	0,00	0,00
Contabilidade e Informação (UNIJUI)	0	0,00	0	0,00	0,00
Revista de Administração e Contabilidade da FAT	1	0,47	1	2,94	100,00
Revista Mineira de Contabilidade	0	0,00	0	0,00	0,00
	213	100,00	34	100,00	15,96

Fonte: Elaboração própria

Em uma análise preliminar, verificou-se uma grande concentração das publicações em cerca de 5 periódicos dentre os 31 pesquisados. Cerca de 70% dos artigos analisados estão concentrados nos periódicos: *Revista Contabilidade & Finanças*, *Contabilidade, Gestão e Governança*, *Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ*, *Pensar Contábil* e *Contabilidade Vista & Revista*.

Ressalta-se que a escolha das palavras-chave foi adequadamente realizada, uma vez que considerou os assuntos abordados na literatura pelos autores, e tinha o objetivo de coletar artigos cuja temática correção monetária fosse o principal tema abordado. No entanto, percebeu-se que, no momento da pesquisa, diversos artigos eram disponibilizados como relacionados ao tema. Destacam-se os periódicos: *Revista Contabilidade & Finanças* e *Revista de Contabilidade e Organizações* com 105 e 35 artigos coletados respectivamente. De acordo com os dados levantados durante os estudos, ambas as revistas são as que possuem maior volume de publicações coletadas, logo, concentram o maior volume de publicações não analisadas. Tanto os artigos coletados, quanto os artigos analisados estão descritos no apêndice I ao fim do presente estudo.

Na tabela 2 foi realizada a distribuição das publicações por ano de divulgação no periódico, com o objetivo de segregar a concentração e identificar como tem evoluído a preocupação da comunidade científica quanto ao tema.

Tabela 2 – Publicações de artigos científicos por ano

ANO PUBLICAÇÃO	ARTIGOS	%	DECÊNIO	%
1996	2	5,88%		
1997	1	2,94%		
2000	1	2,94%	10	29,41%
2002	1	2,94%		
2003	2	5,88%		
2004	3	8,82%		
2006	4	11,76%		
2007	5	14,71%	24	70,59%
2008	1	2,94%		
2011	4	11,76%		
2012	3	8,82%		

2013	5	14,71%		
2014	1	2,94%		
2015	1	2,94%		
TOTAL	34	100,00%	34	100,00%

Fonte: Elaboração própria

De acordo com a tabela 2 é possível perceber que a publicação de artigos científicos, relacionados ao tema correção monetária, está concentrada no decênio 2006 a 2015 com o total de 24 publicações, as quais atingem a participação de 70,59%. Verificou-se ainda que cerca de 25% das publicações estão concentradas nos anos de 2006 e 2007, provavelmente em função do atingimento da marca de 10 anos da extinção da correção monetária por meio da Lei nº 9.249/95.

Por fim, a tabela 3 contém a quantidade dos autores por artigo científico. Os dados em questão objetivam explicitar que a coautoria tem se tornado mais comum, o que demonstra que a comunidade científica tem adotado o método colaborativo para desenvolver conhecimento.

Tabela 3 – Participação de autores por artigo

NÚMERO AUTORES	ARTIGOS	%
1	8	23,53%
2	8	23,53%
3	10	29,41%
4	4	11,76%
5	4	11,76%
TOTAL	34	100,00%

Fonte: Elaboração própria

Nesse sentido, verificam-se com a tabela 3 que os artigos publicados apresentam, em sua grande maioria, três autores como produtores intelectuais do trabalho. Tais publicações representam o percentual de 29,41%, 10 artigos do total de 34. Atenta-se ao fato dos artigos com um autor mostrarem mesma participação quanto aos artigos com dois autores. Já os artigos com quatro e cinco autores, representam apenas 4 artigos da amostra, um para cada parâmetro.

4.2 Principais temáticas abordadas

Com relação ao quantitativo de artigos localizados nos 31 periódicos avaliados, o montante de artigos relacionados à matéria de correção monetária mostrou-se pequena, cerca de 16% do total de 213 artigos coletados. A tabela 4 apresenta a concentração dos artigos em função dos temas e subtemas abordados.

Tabela 4 – Temas abordados por artigo científico

Tema	Quantidade	%	Subtemas	Quantidade	%
Teoria da correção monetária	7	20,59	Evolução histórica	4	11,76
			Definição de conceitos	2	5,88
			Aspectos jurídicos e normativos	1	2,94
Análise bibliométrica	2	5,88	Análise bibliométrica	2	5,88
Metodologias	7	20,59	Apresentação dos métodos	2	5,88
			Comparativo entre os métodos	5	14,71

			Impactos no resultado e patrimônio líquido	8	23,53
Impactos	18	52,94	Impactos na interpretação das demonstrações	8	23,53
			Impacto na distribuição de lucros e dividendos	2	5,88
Total	34	100,00	Total Subtema	34	100,00

Fonte: Elaboração própria

Na amostra em questão, a pesquisa demonstrou que os estudos têm dedicado maior esforço em disseminar o conhecimento do impacto gerado pela correção monetária, seja pela aplicação quanto a não aplicação dos métodos. As publicações com esta temática superam 50% dos 34 artigos analisados, 52,94% ao todo. Embora os subtemas “Impactos no resultado e patrimônio líquido” e “Impactos na interpretação das demonstrações” possuam uma relação muito próxima quanto sua aplicabilidade, inclusive com amostras idênticas, 23,53% para cada subtema, o enfoque dado pelos artigos são distintos. No primeiro, os estudiosos procuraram dissertar sobre o impacto da utilização, ou não, da correção monetária sobre o resultado e o patrimônio líquido que, conseqüentemente, afetam a situação patrimonial da empresa, inclusive com repercussões na apuração de tributos e índices. Já a segunda, verificou-se que os autores se preocuparam em dar visibilidade quanto à qualidade da informação fruto da não utilização da correção monetária. Dado que a contabilidade é a ciência que objetiva estudar as mutações patrimoniais, e fornece informações aos usuários para a tomada de decisões, o subtema “Impactos na interpretação das demonstrações” mostrou-se o mais interessante do ponto de vista do objeto da contabilidade.

As temáticas “Teoria da correção monetária” e “Metodologias” agruparam o mesmo número de artigos. Ambas temáticas receberam 7 artigos classificados como tais, 23,53% para cada. Quanto à teoria, destaque para as publicações que tiveram como subtema a evolução da correção monetária, bem como dos seus conceitos envolvidos, com 11,76% de concentração da amostra total. Já o subtema “Comparativo entre os métodos”, abarcado pelo tema “metodologia”, recebe maior destaque uma vez que agrupa 14,71% do total dos artigos analisados, em detrimento da “evolução histórica”. Ainda relacionado ao tema da metodologia, percebe-se pouca preocupação dos autores em apresentar todos os métodos passíveis de aplicação para a realização dos ajustamentos contábeis necessários, 2 de um total de 34.

Por fim, apenas 2 artigos na amostra dedicaram-se a estudar o perfil das publicações relacionada a correção monetária, que resultou na participação de 5,88%.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa foi dedicada a verificar quais são as principais temáticas abordadas pelos artigos científicos publicados entre o período de 1996 e 2015 que tratam do tema correção monetária em periódicos nacionais vinculados a área de conhecimento da contabilidade. O estudo foi motivado pelo atingimento de 20 anos da extinção da correção monetária realizada por meio da Lei nº 9.249/95.

Embora tenha-se elencado o maior número possível de palavras-chave relacionadas ao tema, com a finalidade de identificar os artigos que tratam do assunto correção monetária, grande parte das publicações não tratavam do objeto pesquisado, apenas citam algumas das palavras-chave num contexto completamente alheio ao assunto. Na média dos últimos 20 anos têm-se 1,7 publicação por ano, no entanto, a média sobe no segundo decênio para 2,4 publicações por ano, contra a média de 1 artigo por ano no primeiro decênio, o que demonstra que o tema está assumindo maior nível de atenção dos pesquisadores. A concentração no segundo decênio pode estar relacionada com a celebração de 10 anos de extinção da norma, principalmente em 2006 e 2007.

Neste período de 20 anos, foi verificado que os artigos publicados estão concentrados em avaliar os impactos da correção monetária no lucro e nas demonstrações contábeis, bem como do comparativo entre os métodos, com destaque para o método da correção societária e da correção integral, principais metodologias utilizadas. O atributo mais relevante abordado pelos artigos cita a qualidade da informação como a principal consequência da extinção da correção monetária. Todos os artigos relatam que a qualidade da informação contábil é afetada negativamente quando não são realizados os ajustamentos necessários à correta publicação das informações.

Com a implantação do Plano Real, em 1994, os legisladores esperaram certa estabilidade econômica, e realizaram a extinção da correção monetária a partir de janeiro de 1996. No entanto, a inflação acumulada nos últimos 20 anos atinge o percentual de 261% entre os anos de 1996 a 2015 (IBGE, 2016), o que demonstra, portanto, que o tema da correção monetária deve ser levado em consideração em futuros estudos da área, não apenas quanto aos aspectos do impacto, mas, principalmente, do aspecto teórico da qualidade da informação contábil. A experiência brasileira, embora abrangente no tema, ainda carece de maior envolvimento.

Considerando as análises realizadas nos periódicos e na literatura pesquisada, conclui-se que a ausência da correção monetária impacta na avaliação qualitativa das demonstrações contábeis e deve ser levada em consideração para ajustamentos das contas contábeis, não somente nas empresas com capital aberto, mas para as demais empresas também. Conforme já debatido, a qualidade da informação contábil fica comprometida com a ausência da correção e reflete negativamente na interpretação pelos usuários internos e/ou externos.

Por fim, em virtude da limitação da coleta de publicações terem sido realizadas apenas em revistas *online*, recomenda-se a extensão da pesquisa para outras amostras de estudo, tais como: congressos, periódicos com assinaturas, livros impressos, monografias, etc. O aumento da amostra proporcionará uma visão mais aprofundada do real estágio da temática correção monetária no cenário científico.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Marcelo Cavalcanti. **Correção monetária das demonstrações financeiras: de acordo com a Instrução CVM nº 64, de 19-5-87**. Editora Atlas, 1988.
- BOTELHO, Ducineli Régis. **Epistemologia da pesquisa em Contabilidade internacional: enfoque cultural-reflexivo** / Ducineli Régis Botelho – Brasília, DF, 2012.
- CAMPOS FILHO, Ademar. **Demonstração dos fluxos de caixa: uma ferramenta indispensável para administrar sua empresa**. São Paulo: Atlas, 1999. 108 p.
- COELHO, Carina Martins Porto; NIYAMA, Jorge Katsumi; RODRIGUES, Jomar Miranda. **Análise da qualidade da informação contábil frente a implementação dos IFRS: uma pesquisa baseada nos periódicos internacionais (1999 a 2010)**. Sociedade, Contabilidade e Gestão, v. 6, n. 2, 2011.
- CORDEIRO, Darcy. **Ciência, pesquisa e trabalho científico: uma abordagem metodológica**. Goiânia: Editora UCG, 1999.
- CVM – Comissão de Valores Mobiliários. **Adoção Inicial dos Pronunciamentos Técnicos CPC 15 a 41**. [online] Disponível em: <www.cvm.gov.br/export/sites/cvm/menu/cpc/CPC_43_R1_Consolidado.doc> Acesso em: 20/06/2016.
- EPSTEIN, Barry J.; JERMAKOWICZ, Eva K. **Wiley IFRS 2009: Interpretation and Application of International Accounting and Financial Reporting Standards 2009**. John Wiley & Sons, 2009.
- FIPECAFI, Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis Atuariais e Financeiras & CFC, Conselho Federal de Contabilidade. **Aprendendo Contabilidade em Moeda Constante**. 1ª Edição. Editora Atlas-SP –1994, 314 p.
- FONTES, R. **Inflação Brasileira**. Viçosa: UFV, Imprensa Universitária, 1993.
- FRIEDMAN, Irving Sigmund. **Inflação um desastre mundial**. Melhoramentos, 1979.
- FRISCH, Helmut. **Theories of inflation**. Cambridge University Press, 1983.
- GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**, v. 5. Atlas. 2010.
- HC Investimentos. **[IPCA e IGP-M] Dados históricos, Sazonalidade, Metas de Inflação no Brasil e muito mais**. [online] Disponível em: <<http://hcinvestimentos.com/2011/02/21/ipca-igpm-inflacao-historica/?hvid=NcSFP>> Acesso em: 20/06/2016.
- HENDRIKSEN, Eldon S.; VAN BREDA, Michael F. **Teoria da contabilidade**; tradução de Antônio Zoratto Sanvicente. São Paulo: Atlas, 1999. 7ª Reimpressão.
- IKUNO, Luciana Miyuki et al. **Contabilidade internacional: Uma análise da produção científica nos principais periódicos internacionais da área-2000 a 2009**. Revista de Contabilidade e Organizações, v. 6, n. 15, p. 142, 2012.

KOCHE, Jose Carlos. **Pesquisa científica: critérios epistemológicos**. In: Pesquisa científica: critérios epistemológicos. Vozes, 2005.

LAILER, David EW; PARKIN, J. Michael. **Inflation: a survey**. In: Surveys of Applied Economics. Palgrave Macmillan UK, 1977. p. 169-237.

LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. **A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas**. Artmed; UFMG, 1999.

MANKIWI, N. Gregory. **Introdução à Economia** (tradução da 6ª edição norte americana). São Paulo: Cengage Learning, 824p, 2015.

MARQUES, Maria Silvia Bastos. **Uma resenha das teorias de inflação**. EPGE - Ensaio Econômico da FGV. Rio de Janeiro. 1987.

MARTINS, Eliseu. **Análise da correção monetária das demonstrações financeiras: implicações no lucro e na alavancagem financeira, análise de aspectos contábeis, inflação e alavancagem financeira, quantificação do lucro em situação inflacionária**. Editora Atlas, 1980.

_____, Eliseu. **Um pouco da história dos juros sobre o capital próprio**. Temática contábil e balanços, p. 515-507, 2004.

MARTINS, Gilberto de Andrade; THEÓPHILO, Carlos Renato. **Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas**. São Paulo: Atlas, 2009.

NIYAMA, Jorge Katsumi; SILVA, Cesar Augusto Tibúrcio. **Teoria da contabilidade**. Atlas, 2013.

SANTOS, José Luiz Santos; SCHMIDT, Paulo. **Contabilidade societária: atualizado pela Lei nº 10.303/01**. Editora Atlas SA, 2005.

SCHMIDT, Paulo; DOS SANTOS, José Luiz; FERNANDES, Luciane Alves. **Manual de conversão das demonstrações financeiras**. Atlas, 2005.

TROSTER, Roberto Luis; SOLIMEO, Marcel. **Plano Real – Acabou?** São Paulo: Makron Books, 1999.

VASCONCELLOS, Marco Antônio Sandoval de. **Economia: micro e macro**. São Paulo: Atlas, v. 3, 2002.

BIBLIOGRAFIA

MADEIRA, Geová José. **A demonstração de origens e aplicação de recursos e a correção integral**. Contabilidade Vista & Revista, v. 3, n. 1, p. 27-36, 2009.

TAKAMATSU, Renata Turola; LAMOUNIER, Wagner Moura. **A importância da atualização monetária de valores para a análise das demonstrações financeiras**. Contabilidade Vista & Revista, v. 17, n. 2, p. 67-87, 2009.

RODRIGUES FILHO, João et al. **A Relevância Da Correção Monetária**. Contabilidade, Gestão e Governança, v. 3, n. 1, 2009.

DA CUNHA SILVA FILHO, Augusto Cezar; MARTINS, Vinícius Gomes; MACHADO, Márcio André Veras. **Adoção do valor justo para os ativos biológicos: análise de sua relevância em empresas brasileiras**. Revista Universo Contábil, v. 9, n. 4, p. 110-127, 2013.

BUSARELLO, Crislaine Fávero et al. **Análise do Fluxo de Caixa Descontado: um estudo comparativo entre as projeções segundo dados históricos e dados corrigidos pela inflação**. ConTexto, v. 13, n. 23, p. 77-91, 2013.

DE ANDRADE, Josélia Maria Rodrigues; SEGANTINI, Giovanna Tonetto; DA SILVA, José Dionísio Gomes. **Análise dos perfis dos artigos com estrato qualis CAPES sobre teoria dos ajustamentos contábeis do lucro**-doi: 10.4025/enfoque. v30i3. 14937. Enfoque: Reflexão Contábil, v. 30, n. 3, p. 33-43, 2011.

PEREIRA, Carlos Alberto; AZEVEDO, Carlos Eduardo Claro de; MARQUES, José Augusto Veiga da Costa. **Aspectos jurídicos da extinção da correção monetária das demonstrações contábeis: Um estudo de caso**. Pensar Contábil, v. 6, n. 22, 2015.

DOS SANTOS, Ariovaldo; RIBEIRO, Suzana Lopes Salgado. **Correção Monetária: por uma Periodização do Uso da Ferramenta, de 1944 a 1995**. Revista Contabilidade & Finanças, v. 25, n. spe, p. 334-345, 2014.

FERNANDES, Leonardo Pitanga et al. **Correção Monetária das Demonstrações Financeiras: Algumas Consequências da não Utilização de seus Métodos de Reconhecimento**. Contabilidade Vista & Revista, v. 15, n. 2, p. 23-40, 2009.

SILVA, César Augusto Tibúrcio. **Custo histórico e custo histórico corrigido: um estudo das empresas brasileiras**. Contabilidade, Gestão e Governança, v. 5, n. 1, 2009.

MELO, Sheila de et al. **Demonstrações Contábeis sem Efeitos Inflacionários: Uma Abordagem Relativa às Empresas Distribuidoras de Energia Elétrica**. Contabilidade, Gestão e Governança, v. 15, n. 2, 2012.

GONÇALVES, Mario Jorge de Queiroz. **A correção monetária no brasil**. Revista de contabilidade do mestrado em ciências contábeis da UERJ, v. 1, p. 45-53, 2013.

FERNANDES, Leonardo Pitanga; MARQUES, José Augusto Veiga da Costa. **Impacto na análise econômico-financeira do não reconhecimento dos efeitos da inflação: o caso COPESUL no período 1999-2003**. Contabilidade, Gestão e Governança, v. 9, n. 1, 2009.

CARNEIRO JUNIOR, João Bosco Arbués et al. **Impactos do não reconhecimento da inflação na demonstração do fluxo de caixa e na demonstração das origens e aplicações de recursos: uma simulação**. Pensar Contábil, v. 10, n. 39, 2008.

MACHADO, Luiz Henrique; DOS SANTOS, Márcia Carvalho. **O fantasma da correção monetária**. Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ, v. 2, n. 2, p. 53-57, 2013.

MONTEIRO, Paulo Roberto Anderson; MARQUES, Jose Augusto Veiga da Costa. **Análise comparativa das demonstrações contábeis elaboradas pela legislação societária e em**

moeda constante: um estudo de caso. Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ, v. 11, n. 1, 2010.

AYRES, Rosangela Mesquita et al. **O Ativo e suas Avaliações: A Estrutura de Mensuração Atual Reconhece o Impacto da Flutuação do Poder Aquisitivo da Moeda?.** Pensar Contábil, v. 13, n. 52, 2011.

KLANN, Roberto Carlos; DE SOUZA, José Carlos; BEUREN, Ilse Maria. **O impacto do não reconhecimento da inflação nas demonstrações contábeis na distribuição de dividendos.** Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade (REPeC), v. 1, n. 1, p. 59-78, 2007.

WASSERMAN, Cláudio. **O lucro à luz do conceito de preservação da riqueza.** Revista Contabilidade & Finanças, v. 14, n. SPE, p. 30-38, 2003.

OLIVEIRA, Alan Teixeira de; MARQUES, José Augusto Veiga da Costa; CANAN, Ivan. **11 anos sem correção! Uma análise dos efeitos da correção monetária não reconhecida nas demonstrações contábeis do Serviço Social da Indústria-SESI de 1996 a 2006.** Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ, v. 12, n. 3, 2010.

DOS SANTOS, Ariovaldo. **Quem está pagando juros sobre capital próprio no Brasil?.** Revista Contabilidade & Finanças, v. 18, n. spe, p. 33-44, 2007.

DE IUDÍCIBUS, Sérgio. **Rumo à contabilidade econômica ou à nobre origem?.** Revista Contabilidade & Finanças, v. 24, n. 61, p. 7, 2013.

SOUZA FILHO, Rodolfo Castro; SZUSTER, Natan. **Análise dos efeitos tributários no setor de bancos, com a extinção da correção monetária no Brasil no período de 1996-2000.** Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ v. 9, n. 1, 2010.

SZUSTER, Natan. **Temos do que nos orgulhar na Contabilidade brasileira.** Revista Contabilidade & Finanças, v. 26, n. 68, p. 121-125, 2015.

SALOTTI, Bruno Meirelles et al. **Um estudo empírico sobre o fim da correção monetária integral e seu impacto na análise das demonstrações contábeis: uma análise setorial.** Revista UnB Contábil, p. 189-221, 2006.

NUNES, Alexssander de Antonio; ALMEIDA, Marcos Machado de; MARQUES, José Augusto Veiga da Costa. **Uma análise crítica sobre a posição do Conselho Federal de Contabilidade acerca à norma CFC nº 900/01 que trata do princípio da atualização monetária.** Pensar Contábil, v. 6, n. 24, 2015.

REZENDE, Amaury José; GUERREIRO, Reinaldo; DALMÁCIO, Flávia Zóboli. **Uma análise do processo de desinstitucionalização de práticas contábeis de correção monetária em empresas brasileiras.** Revista Contabilidade & Finanças, v. 23, n. 58, p. 33, 2012.

DE IUDÍCIBUS, Sérgio; MARTINS, Eliseu. **Uma investigação e uma proposição sobre o conceito e o uso do valor justo.** Revista Contabilidade & Finanças, v. 18, n. spe, p. 09-18, 2007.

DAS NEVES DAMEDA, André; ALVES, Tiago Wickstrom; OTT, Ernani. **Uso do custo corrente na avaliação de ativos de empresas de Tecnologia da Informação.** Revista Universo Contábil, v. 7, n. 3, p. 25-40, 2011.

DE FREITAS VAL, Flávio; DA SILVEIRA BARBEDO, Claudio Henrique; MAIA, Marcelo Verdini. **Expectativas inflacionárias e inflação implícita: será que pesquisas de mercado fornecem medidas precisas?.** BBR-Brazilian Business Review, v. 8, n. 3, p. 88-107, 2011.

DA COSTA MARQUES, José Augusto Veiga. **Correção Monetária dos Demonstrativos Financeiros: em Busca da Qualidade da Informação Contábil ou do Aumento da Capacidade de Arrecadação do Estado?.** Contabilidade Vista & Revista, v. 7, n. 1, p. 51-53, 2009.

SILVA FILHO, AC da C.; MACHADO, Márcio AV; MACHADO, Márcia R. **Custo histórico X valor justo: qual informação é mais value relevant na mensuração dos ativos biológicos.** Custos e Agronegócios online. Pernambuco. 2012.

CAVALCANTI, Maria Aparecida do Nascimento et al. **Efeito inflacionário nos estoques de commodities: análise a partir da teoria do custo corrente corrigido.** Custos e Agronegócios online. Pernambuco. 2012.

MORIBE, Ademir Massahiro; PANOSSO, Alceu; MARRONI, Carlos Henrique. **Um enfoque sobre correção monetária integral e ajuste a valor presente em conformidade com as normas internacionais de contabilidade-**doi: 10.4025/enfoque. v26i1. 3577. Enfoque: Reflexão Contábil, v. 26, n. 1, p. 17-28, 2008.

VIANA DE SOUZA, Fabia Jaiany et al. **Perfil dos Artigos sobre Teoria dos Ajustamentos Contábeis do Lucro: um Estudo nos Periódicos de Contabilidade com Estrato Capes no Triênio 2010-2012.** Revista de Administração e Contabilidade da FAT, v. 5, n. 1, p. 22-37, 2013.